

História e historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922¹

Antônio de Pádua Bosi
UNIOESTE.

“Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu”.

Caio Prado Jr., 1942. (PRADO Jr., 1972, p.31)

Estradas, estradas e ... estradas ... são os elementos de que carecemos para vitória, na luta do progresso”.

Ignácio P. Paes Lemes, 1922.

(diretor da Cia Mineira Autoviação Intermunicipal)

(PEZZUTI, 1922, p.55)

RESUMO: Este artigo aborda a formação econômica de Uberabinha no contexto da República Velha a partir da visão historiográfica predominante sobre o assunto e de fontes estatísticas e demográficas, problematizando a relação entre a atuação da fração da classe dominante instalada no poder público municipal de Uberabinha a partir de 1898 e a conjuntura econômica existente na década de 1910 na região do Triângulo Mineiro.

PALAVRAS-CHAVE: Uberlândia; República Velha; classe e racionalidade econômica.

ABSTRACT: This article discusses the relation between the action of fraction of ruling class of Uberabinha, the municipal public government and the economic moment of 1910's in region Triângulo Mineiro.

KEYWORDS: Uberlândia; Old Republic; class and economic rason.

INTRODUÇÃO

Em 24 de janeiro de 1922 os vereadores de Uberabinha encomendaram ao cônego Pedro Pezzuti que escrevesse *“uma obra illustrada sobre o Municipio, contendo um estudo de suas riquezas agricola, industrial, pastoril e mineral; condições de climatologia, salubridade, bem como da historia do Municipio desde a fundação do povoado até sua elevação a cidade, criação da Comarca, historico sobre a parte administrativa, instrucção publica, imprensa, etc, até a data da presente, bem como a narração imparcial de todos os factos e episodios aqui desenrolados e que digam respeito á vida do Municipio. A obra deverá ser fartamente illustrada e conterà a descripção de nossos melhoramentos Municipaes até esta data, bem assim a dos projectados, contendo ainda dados sobre a vida rural, principaes fazendas, paizagens, quedas d’agua, gado de raça, etc., etc.”* (Arquivo Público Municipal/Atas da Câmara). Tal livro deveria tornar-se, na visão dos vereadores daquela época, uma referência fundamental para a história da cidade.

Antes dele havia uma publicação datada de 1916, versada também na história do município, editada por Roberto Capri, pessoa especializada em livros deste tipo e responsável por algumas dezenas de corografias encomendadas por municípios de diversas partes do país (CAPRI, 1916). Mais tarde, na década de 1930, surgira outra referência oficial, patrocinada pelo recém criado Diretório Municipal de Geografia de Uberlândia, com o objetivo de efetivar-se como manual de história municipal nas escolas existentes no município (ARANTES, 1938). Por ordem de importância, talvez esta última publicação tenha sido a mais fundamental na divulgação direta das idéias das classes dominantes de Uberlândia nos anos 30. Entretanto, foi o livro de Pezzuti que se tornou referência de consulta sobre o passado de Uberlândia para as produções acadêmicas iniciadas no final década de 1980 (BOSI, 2000), sendo utilizado até os dias de hoje como fonte de informações. E é por este exato motivo que ele adquire relevância aqui.

Para além de seu caráter oficial este livro dificilmente sofreu, por parte de quem recorreu a ele, considerações que precavessem quanto à origem das informações ali fornecidas. Já foi indagado sobre questões ligadas a urbanização, economia e história política. No entanto, poucos estudos que recorreram a ele o fizeram tendo a preocupação de enfocá-lo como produto de um memorialista (historiador oficial de uma família, de uma comunidade, de uma classe ou ainda de uma fração de classe). Na maioria dos casos utilizaram-no como manancial de informações sobre o passado da cidade, registrada entre as poucas exceções o artigo do sociólogo João Marcos Além (ALEM, 1991). Neste sentido passou despercebido o fato de que a informação fornecida por Pezzuti talvez contivesse fortíssimo interesse das classes dominantes ou, pelo menos de uma fração dessas

classes. Como tentarei discutir aqui, tratava-se indubitavelmente da visão de um quadro político dominante sobre seu tempo: a história de São Pedro de Uberabinha vista por sua classe.

O argumento principal do livro é bastante simples. Uma fração de classe específica agiu a partir do poder público municipal desde pelos menos 1912 e alterou a face de Uberabinha, transformando a rústica e pequena vila numa cidade próspera e rica. Esta imagem foi suficientemente forte para tornar-se a principal explicação sobre a história da cidade e, à medida que sofreu poucos questionamentos, terminou por se converter em mito. Mito sobre a origem da cidade, onde *“o presente é explicado pelo passado, isto é, o fato da cidade ter surgido em certo local, em certa época, em certas condições, com certos valores explica a metrópole contemporânea”* (GLEZER, 1992, p.11). O objetivo deste artigo é problematizar esta visão, procurando responder a seguinte questão: qual a relação de tal fração da classe dominante instalada no poder público municipal com o crescimento e o incremento das atividades comerciais da cidade no período de 1912 a 1922?

Apesar do mal estado das Atas da Câmara de São Pedro de Uberabinha que inviabilizou uma leitura integral dessa documentação, foi possível extrair com algum custo as configurações das gestões administrativas de Uberabinha no período de 1891 a 1922. Pude montar o seguinte quadro de ocupação dos administradores municipais.

Tabela I

Período	Agente Executivo	Ocupação
1891-1892	Antônio Alves dos Santos	Fazendeiro
1892-1895	Augusto César Ferreira e Souza	Advogado/Jornalista
1895-1897	João Moreira Ribeiro	Fazendeiro
1898-1900	Severiano Rodrigues da Cunha	Fazendeiro
1901-1903	José Teixeira de Santana	Farmacêutico
1904-1907	Severiano Rodrigues da Cunha	Fazendeiro
1908-1911	Alexandre Márquez	Fazendeiro
1912-1922	João Severiano Rodrigues da Cunha	Farmacêutico

Primeiramente, é preciso salientar que a gestão 1891-1892 correspondeu à Intendência Municipal, quando Uberabinha ainda era Vila. Com relação a todas as outras administrações, cabe ressaltar que considere apenas os agentes executivos titulares. Os curtos períodos de tempo, em que outros vereadores assumiram interinamente o cargo de agente executivo e Presidente da Câmara, não foram considerados relevantes para a montagem do quadro.

Quanto à análise da tabela, há três pontos inicialmente sugestivos e instigantes. O primeiro deles, por dedução, configura-se nos 24 anos de controle do poder público municipal pela família Rodrigues da Cunha que, no ano de 1922, podia ser definida como detentora de terras, de cargos ligados à Procuradoria da República, de estabelecimentos comerciais, de capitais usurários (PEZZUTI, 1922) e, portanto, expressando também do ponto de vista estrutural sua relação às atividades comerciais que se desenvolveram em Uberabinha, principalmente a partir da década de 1910. Severiano Rodrigues da Cunha esteve à frente da Câmara por duas vezes, totalizando sete anos de mandato. Fez seu sucessor, Alexandre Marquez, que também era seu genro. Na seqüência, o filho de Severiano, o farmacêutico João Severiano Rodrigues da Cunha exerceu três mandatos. Chega-se, então, a 24 anos de domínio político-institucional dessa fração de classe nos 31 anos que vão de 1891 a 1922, sendo que, no período de intensificação das atividades comerciais - 1898 a 1922 - tal fração foi praticamente hegemônica. O segundo ponto indica a permanência de João Severiano Rodrigues da Cunha à frente da Câmara por três gestões, o que não é nada desprezível.

O terceiro ponto é talvez o mais interessante e relevante, e diz respeito ao perfil sócio-econômico dos homens que lideraram a Câmara nesse período. Dos 8 agentes executivos apenas três não eram essencialmente fazendeiros. Foi, portanto, apenas depois de 5 gestões, que um representante das classes dominantes não exclusivamente fazendeiro assumia a Câmara, o que implicava, supõe-se, uma visão diferenciada à frente do poder público municipal, mais afinada com interesses propriamente comerciais que ligaram Uberabinha à região do Triângulo Mineiro e aos estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo. De fato as atividades comerciais que discutirei com mais detalhes à frente, impulsionaram a criação de gado no município, integrando também os interesses dos proprietários de terra em Uberabinha - aliança, aliás, que permanece bastante forte ainda nos dias de hoje. Porém, conforme tentarei discutir, havia uma diversificação nas atividades de acumulação de capital estimulada por uma conjuntura econômica nacional e regional inaugurada no final da década de 1890 (FRANCO, 1990, pp.30). Tal conjuntura fora produzida como desdobramento, principalmente, da nova reorganização internacional do capital (HOBSBAWM, 1992, pp.87-124) abrindo perspectivas no Brasil para o desenvolvimento e a integração de um mercado interno não mais subordinado à economia escravista, mudança esta que permitira determinada acumulação regionalizada de capital ou, no dizer de Celso Furtado, a ascensão de novos grupos sociais cujas riquezas não se traduziam necessariamente em posse de terras (FURTADO, 1979, pp.89-173). A repercussão desse quadro em Uberabinha, guardadas as devidas proporções e mediações, incrementara o capital existente e praticamente restrito à criação de gado. Portanto, em minha visão não

se trata do desenvolvimento de um determinado "ethos" entre os criadores de gado de Uberabinha, mas de certa interação dos detentores do capital com a formação de um mercado regional e interestadual nas décadas de 1890, 1900 e 1910.

Em particular, a gestão de 1922 - ápice da permanência de uma fração da classe dominante que se instalou no poder -, foi formada basicamente por comerciantes. Excetuando o vice-presidente Marciano Saturnino de Ávila que era apenas fazendeiro, os outros vereadores que pude identificar eram fundamentalmente homens de negócios, ligados prioritariamente à atividade comercial. O secretário da Câmara, José Nonato Ribeiro, tinha como propriedades a Agência Ford Motor Company e um Curtume. Antônio de Rezende negociava artigos de armarinho na cidade e era dono de um engenho de beneficiar arroz, de uma fábrica de licores e de uma fábrica de descaroçar algodão. Dr. Ignácio P. Paes Leme era engenheiro, acionista da "Companhia Mineira Autoviação Intermunicipal", possuindo ainda uma loja de Secos e Molhados. José Peppe, além de guarda-livros, tinha uma loja de loteria e Dr. Leopoldo de Castro era médico. Não consegui descobrir a ocupação de três vereadores: Carlos de Oliveira Marquez, Sylvio Mauro Savastano e Antônio Bernardes da Silva.

Tratava-se certamente de um grupo de pessoas com algum tipo de diferença partidária, porém com uma identidade de classe constituída e uma consciência presumivelmente articulada a partir de interesses comerciais. Contudo, convém indagar sobre o papel dessa fração da classe comercial na definição de Uberabinha como entreposto comercial importante. Até mesmo porque se tem como verdadeiro o fato de que objetivamente São Pedro de Uberabinha estava em vias de se consolidar como um dos três principais entrepostos comerciais da região do Triângulo Mineiro, o que concretamente ocorreu na década de 1920 (BRANDÃO, 1989; GUIMARÃES, 1989).

No início do século XX, depois de Uberaba e Araguari, Uberabinha já registrava o terceiro maior índice de importação no Triângulo Mineiro pela Estrada de Ferro Mogiana, tendo como data de fundação da Estação de Uberabinha o ano de 1895. Vejamos a tabela abaixo (GUIMARÃES, 1989, p.50):

Tabela 2 - Importação pelas Estações da Estrada de Ferro Mogiana em 1907 (peso em kg)

Conforme mostra essa tabela, no ano de 1907 Uberabinha importava, por meio da Estação da Mogiana recém aberta, um total de 2.734.472 quilos de produtos entre cereais, açúcar, aguardente, sal e outros, contra 4.427.120 quilos importados por Uberaba e 5.896.744 quilos por Araguari. Este destacado desempenho não se dava, no entanto, sem a fortíssima influência do quadro nacional exercida sobre a região do Triângulo Mineiro, particularmente, entre as décadas de 1890 e 1930, quando o Oeste paulista já havia se consolidado como centro nacional produtor de café (PRADO JR., 1965:168).

Sobre isso, tomando para discussão a tese do economista Carlos Antônio Brandão, é possível entender como o Triângulo Mineiro se transformou em lugar de peso no desenvolvimento econômico da região declarada como Brasil Central. Argumenta Brandão que a progressiva evolução das lavouras de café deste paulista, de farta utilização de mão-de-obra migrante, demandou a produção de gêneros alimentícios em outras zonas fora daquela onde era produzido o café devido a: a) inviabilidade dos altos preços de tais gêneros, se tivessem sido importados; b) carestia de se manter um sistema de cultura de café em condições de subsistência como atividade anexa ao café; c) sazonalidade na produção paulista de alimentos ditada pelos refluxos financeiros (BRANDÃO, 1990:50-90). Estimulado por esta conjuntura, o Triângulo Mineiro ganhava destaque despontando como entreposto comercial entre os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Um dado significativo que corrobora tal fato é o acentuado crescimento populacional de algumas cidades localizadas no Triângulo registrado entre as décadas de 1890 e 1920, na zona de comércio estimulada pela necessidade de gêneros alimentícios do Oeste paulista.

Estações da Estrada de Ferro Mogiana	Cereais	Acúcar	Aguardente	Sal
Sacramento	15.523	14.521	172	168.
Conquista	121.840	45.633	4.183	545.
U. Lisboa	8.663	2.952		44.
Palmeiras	8.983	3.840		19.
Uberaba	303.790	96.347	15.227	1.313.
Mangabeira	2.200			
Araxá				5.4
Uberabinha	7.209	0.650	3.296	1.481.
Sobradinha				3.0
Araguari (BRASIL)	159.011	120.661	3.495	3.202.

Tabela 3 - Comparação dos Censos de 1890 e 1920

(JACOB, 1911 apud GUIMARÃES, 1989)

Compondo alguns índices a partir dos números mostrados na tabela anterior (tabela 3) e cruzando-os com os registros da população de todo território nacional dos censos de 1890 e 1920 à luz da tese que confirma certos municípios do Triângulo Mineiro como entrepostos comerciais, é possível apresentar algumas evidências sobre esta questão.

A primeira delas mostra Uberaba, Araguari e Uberabinha como os municípios com maior presença de habitantes em seus respectivos núcleos urbanos. Analisando os índices de evolução populacional entre 1890 e 1920, nota-se que alguns municípios assinalaram progressões em torno de 100% enquanto outros viram suas populações crescerem pouco ou até mesmo diminuir. Outro delas apresentaram crescimento significativo. Tal crescimento sugere estar correta a tese de que Araguari, Uberaba e Uberabinha despontaram como centros comerciais daquela região na virada do século XIX para o século XX. O significativo crescimento populacional de outros dos municípios, Frutal e Sacramento, sedenta esta tese, pois justifica-se pela proximidade com Uberaba, economicamente e geograficamente satélites desta última.

Outro índice que vem confirmar tal tese refere-se a um comparativo entre a evolução populacional registrada em todo território nacional e os números apresentados pelos municípios do Triângulo. Enquanto o crescimento demográfico nacional entre 1890 e 1920 foi de 113% (passando de 14.333.915 para 30.635.605), no Triângulo, tomando como base os municípios presentes na tabela 3, registrou-se um aumento de 57,8% (passando de 210.059 para 317.429), isto é, praticamente

Cidades	Município	Município	Urbana	%
Araguari	10.633	27.729	8.700	31,3
Uberaba	14.015	48.881	30.690	7,8
Uberabinha	11.856	22.956	6.912	8,7
Sul	9.470	28.549	1.554	5,4
Frutal	14.198	10.987	2.790	25,4
Monte	16.602	24.768	4.152	4,7
Monte Carmelo	49.863	44.867	3.130	7,1
Patocillo	20.818	59.807	19.338	8,8
Sacramento	20.818	59.807	19.338	32,3
Uberaba	11.856	22.956	6.912	30,2

a metade do percentual nacional (IBGE). Entretanto, se a progressão no Triângulo foi cerca de 50% menor que a nacional, tomando um índice composto dos municípios de Araguari, Uberaba e Uberabinha, chega-se a um crescimento de 155%, ou seja, quase 1/3 maior do que o crescimento nacional. Ainda manipulando tais números, visualiza-se determinada concentração populacional em Araguari, Uberaba e Uberabinha que, se no ano de 1890 computavam 21,5% da população total dos municípios presentes na tabela 3, no ano de 1920 registraram 34,8%.

Por fim, se a utilização de dados demográficos confirma o crescimento populacional do Triângulo Mineiro entre os anos de 1890 e 1920 com certa concentração em Araguari, Uberaba e Uberabinha, sugerindo a compreensão do desenvolvimento dessas áreas como entrepostos comerciais no contexto da expansão do café no oeste paulista, resta ainda buscar evidências que esclareçam de maneira mais detalhada como se processaram as possíveis articulações mercantis com os estados de São Paulo, Goiás e a própria região, - e o que é mais pertinente para esta discussão - caracterizando também o peso de Uberabinha nessas articulações. Neste ponto, a utilização da demografia parece não nos levar muito longe.

Sobre essa questão o economista Carlos Antônio Brandão concluiu pela preponderância comercial das cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia a partir de um indicador de 1890, que mostra a relação entre o número de habitantes dos municípios e o número dos estabelecimentos comerciais existentes. Tal relação apresentava índices de 153,97, 127,98 e 123,92 para Uberabinha, Araguari e Uberaba respectivamente contrapostos a índices de 792,95, 291,26 e 347,52 para Patrocínio, Monte Carmelo e Estrela do Sul respectivamente (BRANDÃO, 1989, pp.103-104). Considerados no mesmo ano, tais índices indicam realmente o que afirma seu autor. Entretanto, se comparados com índices do censo de 1920, a conclusão pode ser outra, bastante confusa, pois Uberabinha, Araguari e Uberaba registraram pela ordem 249,52, 173,30 e 149,51, confrontando-se a Patrocínio, Monte Carmelo e Estrela do Sul, que apresentaram neste mesmo ano os índices 224,93, 353,82 e 323,28. Se de acordo com esses índices Araguari e Uberaba mantiveram a mesma tendência demográfica este, não foi o caso de Uberabinha. Acredito que se qualificarmos tais índices eles podem esclarecer algo mais sobre o significado econômico de entreposto comercial atribuído a Uberabinha.

Em comparação com Araguari e Uberaba o número de estabelecimentos comerciais Uberabinhenses em relação a sua população não é relevante. Todavia, tal relação não diz nada sobre a real dimensão dos estabelecimentos comerciais ou ainda da real população que comprava nesses estabelecimentos. Caso se tome como hipótese que os estabelecimentos comerciais de Uberabinha eram já centros atacadistas que intermediavam mercadorias entre o Oeste paulista, o próprio Triângulo Mineiro e Goiás, tem-se outra leitura para o baixo número de "comércios"

naquela cidade. Aqui cabe uma nota marginal provocativa. É sabido por farta bibliografia versada nas discussões sobre a escravidão brasileira, que grande número de escravos viveram intenso processo de deslocamento interno a partir de 1850, quando o tráfico negreiro passou a ser duramente proibido. Grandes contingentes de escravos do nordeste brasileiro foram vendidos para o sudeste, alimentando as lavouras de café (KOWARIC, 1994:35-64). Escravos foram deslocados até mesmo dentro de uma mesma região, de núcleos urbanos (onde a escravidão doméstica ou de ganho se mostrara menos compensadora do que o preço pago pelos fazendeiros de café das zonas em expansão) para as fazendas de café (CHALHOUB, 1999:29-80). Neste período, essas movimentações estimularam o desenvolvimento de atividades de compra e venda e de intermediação de escravos. Estes intermediários - negociantes - eram conhecidos como consignatários por não terem a propriedade direta sobre as mercadorias que transacionavam. Portanto, é razoável a hipótese (ainda carente de verificação) de que o contato de Uberabinha (então Freguesia de Uberaba) com o Oeste paulista vinha já das décadas de 1870 e 1880, por meio de consignatários de escravos. Contudo, este apontamento fica como sugestão para pesquisas futuras. Retomando o fio da meada, vejamos como a hipótese sobre tese de que os estabelecimentos comerciais de Uberabinha já eram de certa maneira centros atacadistas intermediadores de mercadorias entre o Oeste paulista, o próprio Triângulo Mineiro e Goiás.

Já em 1902, apesar do importante papel desempenhado por Araguari como estação ferroviária intermediária entre o sudeste goiano (particularmente a cidade de Catalão), o Triângulo e São Paulo, Uberabinha também se consolidava como ponto relevante no comércio de mercadorias por esta via. Era o que destacava o jornal de Goiás "A Informação Goyana", edição de 1917: "*os seus (da cidade de Catalão) principais centros importadores de cereais e outros produtos eram Araguari e São Pedro de Uberabinha em Minas Gerais*" (BARBOSA, 1994, p.120). Porém, conforme nota o engenheiro Ignácio Paes Leme, o principal contato com o estado de Goiás não foi a partir de sua região sudeste, mas com o sul, particularmente com municípios que formaram à época um corredor rodoviário que conduzia até ao estado de Mato Grosso, estabelecendo ali um forte cordão comercial no qual à Uberabinha cabia o papel de entreposto, comprando e vendendo: "*De Goyaz demandam Uberabinha as praças e municípios de Santa Rita do Paranaíba, Burity Alegre, Morrinhos, Rio Verde, Rio Bonito, Mineiros, Jatahy, Santa Rita do Araguaia, Rio das Garças (este último já em Mato Grosso), em Mato Grosso e parte dos municípios de Caldas Novas, Pouso Alegre, Palmeiras, São José do Turvo e Cachoeira*" (PEZZUTI, 1922, p.51).

Tomada neste contexto faz sentido a tese do economista Eduardo Nunes Guimarães sobre ter sido de fundamental importância para ligar Uberabinha a

Goiás, a construção da via intermunicipal no ano de 1913 (de fato ela foi iniciada em 1912) que ligava Uberabinha a também recém erguida ponte Afonso Pena, permitindo a passagem do Triângulo ao sul goiano sobre o rio Paranaíba. Na visão deste autor, este evento criaria as condições para que Uberabinha se diferenciase no seio do Triângulo, assumindo características de entreposto comercial: “*Só assim se despontaria a cidade de Uberabinha, consolidando-se como entreposto comercial, sob a conjunção do tripé: ferrovia-rodovia-ponte Afonso Pena*” (GUIMARÃES, 1989, p.51). Portanto, enquanto Uberaba especializava-se na atividade pecuária e Araguari ficava restrita ao comércio via ferrovia Mogiana, Uberabinha assumia de modo intensificado nessa divisão inter-regional do trabalho o papel de entreposto comercial. Porém, é difícil acreditar que tais condições infra-estruturais agiram por si mesmas.

Apesar de Eduardo Nunes Guimarães ter percebido a presença fundamental de uma racionalidade do capital mercantil que se explicitava na integração de regiões até então separadas geográfica e economicamente (aonde Uberabinha se diferenciava nas duas primeiras décadas do século XX), faltou-lhe examinar *como* os fatores primordiais nesse contexto foram criados, isto é, de que maneira aquela racionalidade havia sido articulada ao ponto de concretizar-se no tal “tripé ferrovia-rodovia-ponte Afonso Pena”.

As evidências encontradas sobre essa questão sugerem o seguinte itinerário: até 1909 (data da construção da ponte Afonso Pena) Uberabinha contou praticamente com os municípios e povoados vizinhos para realizar negócios, sendo que produzia basicamente farinha de mandioca, importando quantidades significativas de outros produtos (utilizando a estação Mogiana) já com o intuito de comercializá-los na região (ver tabela 2). A partir de 1912, com a construção de estradas (até o ano de 1922), conseguiu estabelecer ligações com Goiás, Mato Grosso e São Paulo, sendo que, pelos indicativos da literatura da época, o comércio seria mais intenso com o estado de Goiás. O intercâmbio com o estado de São Paulo se intensificara na década de 1920 particularmente com o escoamento de gado e de suínos nos mercados desse estado. Por essa ordem, é preciso avaliar primeiramente a penetração de Uberabinha na própria região do Triângulo. Até constituir no final do ano de 1922 cerca de 4.906 quilômetros em malha rodoviária seu comércio estruturou-se com seus dois distritos (Santa Maria e Martinópolis) e com municípios limítrofes tais como Tupaciguara, Prata, Monte Alegre, Araguari, Uberaba, conservando-se portanto à sombra de Araguari e Uberaba. Este quadro se alterou a partir da fundação da “Companhia Mineira Autoviação Intermunicipal” no ano de 1912, com sede em Uberabinha, uma empresa de capital privado pertencente a acionistas da região.

As atividades da empresa iniciadas no mesmo ano de 1912 estabeleciam um primeiro trecho de 72 quilômetros até Monte Alegre, totalizando nos anos seguintes aproximadamente 333 quilômetros. Outros trechos que deveriam ser construídos posteriormente e a partir da iniciativa do poder público municipal receberam sutil crítica do engenheiro Ignácio Paes Leme: *“Pena foi que a esse ingente esforço não presidisse sempre uma orientação melhor, mais tecnica e discernimento dos traçados, mais cuidado e idoneidade nas construcções”* (PEZZUTI, 1922, p.55). De qualquer modo, o que se deve salientar aqui refere-se a consolidação de uma malha rodoviária com importância estratégica no contato de Uberabinha com outras regiões e, especificamente, o fato de tal malha ter sido iniciada com o claro *“programma de a ella ligar os municípios vizinhos de Monte Alegre, Abbadia do bom Sucesso, Ituyutaba, Prata e Fructal, estendendo-se até as fronteiras goyanas na ponte Affonso Penna e Cachoeira Dourada, bem como às linhas paulistanas no Porto Antônio Prado”* (PEZZUTI, 1922, p.55, grifo meu). Tal fala, mesmo organizada no ano de 1922, traduz uma preocupação cuja centralidade em 1912 era voltada para a articulação de Uberabinha com o Triângulo. Os esforços posteriores se dariam, ao que tudo indica, pelo poder público municipal e, no que se refere às vias secundárias de transporte e comunicação, os próprios fazendeiros se incumbiram, na maior parte das vezes, de construí-las ligando suas propriedades e produtos ao cordão comercial em constituição. Com uma ponta lançada em direção ao pontal do Triângulo, só algum tempo depois se definiriam os trechos de maior importância, sendo um a extensão deste primeiro, apontando para Goiás e o outro para o Oeste paulista.

Provavelmente as articulações com *“os municípios vizinhos”* proporcionaram um ensaio inicial nas atividades atacadistas que dariam a coloração mais forte na economia de Uberabinha. Apenas depois de concretizar laços rodoviários com Goiás e Mato Grosso é que Uberabinha ligar-se-ia de maneira mais intensa também a São Paulo. Assim, cronologicamente o primeiro grande trecho conectaria Uberabinha a Frutal, passando por diversos núcleos populacionais, levando ao estado de Goiás, com acesso inicial a Morrinhos, Burity Alegre, Pouso Alto, Caldas Novas, Rio Verde, Jatahy, Santa Rita do Araguaia, chegando em Rio das Garças, no Mato Grosso. Perpendicularmente, estabelecer-se-ia outro trecho levando até Porto Antônio de Prado e, somente por último, existiria o trecho até a rede de viação paulista, passando por Igarapava (na fronteira dos dois estados), chegando a Ribeirão Preto e Santos. No meio disto, fariam estrada também ligando Uberabinha ao seu leste (hoje Alto Paranaíba), as cidades de Estrela do Sul, Monte Carmelo, Patrocínio e Araxá.

Articulado o mercado regional que serviria como poderosa estufa para o florescimento do capital comercial uberabinhense, cabe examinar agora o que se

comercializava em Uberabinha. Tomando como parâmetro o ano de 1922, de onde se tem mais informações sobre esta questão, pode-se pressupor a existência de dois principais fluxos de comercialização. O primeiro deles estabelecia um corredor entre a região do Triângulo, Mato Grosso e Goiás de um lado, e os mercados de São Paulo de outro. Neste ano havia 22 grandes negociadores de gado com residência em Uberabinha, compradores de gado na região, em Goiás e Mato Grosso, que era revendido nos mercados do Oeste do estado de São Paulo.

O principal dado que esclarece algo sobre esta questão vem do Censo de 1920. Neste ano, enquanto Uberaba possuía um rebanho bovino de aproximadamente 255.884 cabeças e Uberabinha cerca de 57.935, a primeira cidade exportava 5:400\$000 contra 4:440\$000 da segunda, um valor proporcionalmente menor se comparado com o rebanho criado originalmente nas duas cidades respectivamente. Uma hipótese capaz de explicar esses números repousa na compra, por parte dos negociantes de Uberabinha, de gado dos estados de Goiás e Mato Grosso, para revendê-los em mercados no estado de São Paulo. Além do gado, conte-se também cerca de 20 mil cabeças de suínos que consumiam quase que sozinhos as 6 toneladas de milho produzidas em Uberabinha. Merecem destaque as plantações de arroz e de feijão que eram beneficiados e depois negociados.

O segundo grande fluxo comercial vinha de São Paulo em direção ao Triângulo, Goiás e Mato Grosso, tendo sua centralidade em Uberabinha. Provavelmente eram produtos manufaturados, principalmente artigos de armarinhos, tecidos e bebidas. O melhor indicativo deste fato reside nos cerca de 14 negociantes de armarinhos e tecidos de Uberabinha, possivelmente atacadistas que vendiam tais mercadorias na região e as intermediavam até Goiás e Mato Grosso. O quadro *"Indicador Administrativo e Commercial"* contido no livro de Pezzuti acusa ainda a existência de outros 41 estabelecimentos varejistas na cidade (PEZZUTI, 1922, pp.68-78).

Com relação às atividades industriais pode-se dizer que eram economicamente secundárias, apesar de Pezzuti sublinhá-las. Além disso, excetuando a produção de arroz, aguardente, açúcar e charque, todo o restante existia para dar suporte ao comércio. É o caso de 1 revendedora Ford de automóveis, de 2 lojas de autopeças, de 1 fábrica de carroças e de carroções, 2 funelarias e 4 oficinas mecânicas.

Por último, mesmo na falta de registros sobre as movimentações financeiras ocorridas no município, é possível inferir que grande parte da mais-valia produzida em todo esse circuito acumulava-se nas mãos dos negociantes de Uberabinha. Alguns deles eram inclusive classificados como *"capitalistas"*, isto é, agiotas. Além disso, cruzando os nomes dos proprietários do comércio, da indústria e das terras registrados no livro de Pezzuti, chega-se a não mais do que 10 famílias que

concentravam à época as riquezas auferidas no município. Donas de terras, negócios e dinheiro, elas preocupar-se-iam, desde pelo menos meados da década de 1890, de maneira mais planejada com suas atividades econômicas.

Penso que depois de ter confrontado informações e documentações numa tentativa de construir novos argumentos sobre a história econômica de Uberabinha, é necessário dizer - com força de hipótese comprovada - que a incrementação nas atividades econômicas e nos capitais de São Pedro de Uberabinha operada nas primeiras décadas do século XX não ocorreu sem a participação de agentes sociais específicos que agiram naquela conjuntura, potencializando-a. Digo isto porque as evidências que trouxe para discussão permitiram-me mostrar que as estruturas econômicas e sociais não agiram por si mesmas, mas foram significadas pelas tramas históricas produzidas e enredadas pelo encontro e conflito entre vontades individuais e coletivas que consegui documentar. Embora a alternativa de entreposto comercial nas duas primeiras décadas do século XX tenha sido resultante de uma combinação complexa de fatores econômicos e políticos na qual Pezzuti diz ter havido uma intervenção clarividente da fração de classe dirigida por Rodrigues da Cunha, creio valer como suposição mais provável uma vocação de ávidos negociantes amadurecida pela concorrência com Araguari e Uberaba, e pela proximidade fabricada ao longo das décadas de 1890, 1900 e 1910 com Goiás, MT e SP.

Contudo, esta observação não corresponde à versão forjada pelo cônego Pezzuti em seu livro, pelo menos por duas fortes razões. Primeiro porque não investi no entendimento desta complexa questão ancorado em conceitos como "desenvolvimento econômico" e "progresso", tentando amarrá-los a uma proposta de história oficial. Antes, busquei desconstruir tais categorias chamando a atenção para o seu caráter fundamentalmente histórico e político. Segundo, porque, ao contrário da versão oficializada por Pezzuti (que permanece bastante aceitável na academia ainda nos dias de hoje), onde Uberabinha aparece como obra exclusiva de personalidades que se empenharam no "progresso" da cidade - um padrão interpretativo que situa na fração de classe liderada por Rodrigues da Cunha o cumprimento dessa obra civilizatória -, tentei mostrar que tal visão não se sustenta diante das evidências discutidas. Sobre isto, se por um lado é verdadeiro que houve por parte daquela fração de classe um esforço empreendedor que se aproveitou de uma conjuntura econômica favorável para a consolidação de mercados regionais e de um intercâmbio entre estes, por outro lado também é bastante verdadeiro que tal esforço não se tratou - como quis fazer acreditar Pezzuti e boa parte da historiografia sobre Uberlândia - de uma ação clarividente e precursora da transformação econômica vivenciada por Uberabinha, pois não podia agir à margem ou prescindindo de todos os fatores que compuseram o contexto que procurei reconstituir.

Além do mais, não se pode perder de vista que por certo outras frações da classe dominante também se favoreceram de um período tão propício para acumulação de capital: em particular, o incipiente setor atacadista uberabinhense, os criadores de gado e de suínos, e toda uma franja de pessoas que desenvolveram atividades subsidiárias e auxiliares à estruturação de um pólo comercial como, por exemplo, os segmentos ligados ao transporte de mercadorias. Na outra ponta desta meada os trabalhadores também estiveram presentes neste processo desenvolvendo diretamente as atividades produtivas que contribuíram para o enriquecimento de negociantes e criadores de gado de Uberabinha, imprimindo na cidade suas próprias percepções e modos de viver (BOSI, 1998). Enfim, o peso do fazer histórico das classes sociais - embora reconhecidas suas limitações - frente às estruturas sociais e econômicas, foi uma das questões que tentei apontar e discutir neste artigo.

O outro problema que tentei discutir não se apresenta menos complicado. Por que registrar na forma de um livro uma versão oficial da história à semelhança dos interesses de determinada fração de classe e por que incumbir um religioso de realizar o registro de tal história?

Respondendo à primeira parte dessa pergunta pode-se argüir que a partir de 1912 um amplo processo de reforma urbana foi iniciado com o claro intuito de reorganizar a cidade segundo os interesses econômicos dos comerciantes. O próprio Pezzuti menciona tal processo de reformulação urbana. Contudo, para se ter uma idéia mais consistente sobre esse assunto é preciso consultar e estudar as atas da Câmara de Vereadores de Uberabinha no período que vai de 1912 (data da publicação do 2º Código de Posturas Municipais) a, pelo menos, 1916 (data da publicação do 3º Código de Posturas Municipais), bem como os jornais de circulação local da época listados no final deste artigo como fontes. Intervindo na cidade a partir do poder público municipal e alterando a arquitetura urbana por meio, principalmente, da regulamentação das posturas e da tentativa de padronização dos modos de viver existentes, a fração de classe liderada por Rodrigues da Cunha buscava construir sua legitimidade social. De maneira geral, a construção dessa legitimidade exigia uma operação ideológica que, nas suas linhas gerais, tentava viabilizar o decalque da imagem que essa fração de classe projetava sobre a cidade, a Uberabinha. A este esforço de legitimação social agregava-se, então, um livro que registrasse a história de Uberabinha como história da fração da classe dominante instalada no poder num plano histórico específico e das classes dominantes num plano mais geral.

Quanto à segunda parte da questão não consegui encontrar muitas referências precisas feitas ao Cônego Pedro Pezzuti e a sua passagem pela paróquia de Uberabinha. Apesar de ter escrito a obra que contribuiria para consolidar

determinada imagem da cidade ligada preponderantemente a fração de classe dirigida por Rodrigues da Cunha, a principal publicação de divulgação da história da Igreja de Uberlândia organizada pela própria Igreja intitulada *"Nossos pais nos contaram. 1818-1989. História da Igreja em Uberlândia"*, não fornece detalhes sobre a vida de Pezzuti e nem lhe confere um destaque especial na trajetória da Igreja na cidade de Uberlândia. Nele o cônego é mencionado apenas quatro vezes em relação às seguintes situações: a) por ele ter sido o cônego responsável pela paróquia no período de 1911 à 1919; b) por ele ter sido o responsável pelo remodelamento da igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo; c) por ele ter sido um dos responsáveis pela paróquia de Nossa Senhora do Carmo entre os anos de 1853 e 1941; d) e por ele ter sido um dos fundadores da Sociedade São Vicente de Paula na cidade de Uberabinha em 02 de janeiro de 1916 (CUNHA, 1989, pp. 41, 42, 75, 423, respectivamente). No livro tais eventos ficam num plano bem menos ressaltado do que as realizações e gestões de outros agentes religiosos. Isto talvez porque a data de sua produção seja de 1989, cerca de 60 anos depois de o cônego ter morrido e, portanto, razoavelmente distante do contexto político no qual Pezzuti respondia pela paróquia, quando teve um papel de reconhecida relevância. De qualquer maneira, a fundação de uma entidade de caridade e a reforma de um templo da Igreja não foram quaisquer realizações, mesmo se as avaliarmos de um ponto de vista mais histórico do que político.

Porém, o fato mais relevante parece ter sido o período de aproximadamente 9 anos em que Pezzuti esteve à frente da paróquia, isto é, 1911 a 1919. Tais anos coincidem com as três gestões emplacadas por Rodrigues da Cunha. A proximidade entre os dois ainda seria confirmada mais uma vez pelo livro da Igreja: *"Em 28 de outubro de 1913 (um ano após a primeira gestão de Rodrigues da Cunha), por requerimento do Côn. Pezzuti e do Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, Presidente e Agente Executivo Municipal de Uberabinha, foram autorizados, pelo Sr. Bispo de Uberaba, a venda do Patrimônio da Matriz de Santa Maria, pela importância de 2:800\$000 - (dois contos e oitocentos mil réis) à Comarca de Uberabinha e o arrendamento, pelo prazo de 9 (nove) anos, à mesma Comarca, do Patrimônio da Matriz de São Pedro de Uberabinha"*. Tal proximidade certamente se torna reveladora de uma aliança entre a fração da classe dominante capitaneada por Rodrigues da Cunha e a paróquia representada pela figura do cônego. E no âmbito dessa aliança talvez não seja demais supor que ela tivesse assentado seus principais alicerces nas figuras de Rodrigues da Cunha e de Pedro Pezzuti, pois quando a redação do livro foi confiada a Pezzuti no ano de 1922, este já se encontrava afastado oficialmente da paróquia trabalhando em Araguari, estando em seu lugar o cônego José de Mello Rezende (1919-1921) e depois o cônego Ramiro de Campos Meirelles (1921-1925).

É provável que as qualidades políticas de Pezzuti tenham-no credenciado para a tarefa de escrever o livro, mais do que propriamente sua posição social de agente religioso no ano de 1922. Eram certamente qualidades políticas alinhadas com a trajetória da fração da classe dominante instalada ininterruptamente no poder desde 1904. Por outro lado, não obstante essa proximidade política, a qualidade de intelectual de Pezzuti como portador de um conhecimento adequado à organização dos valores e das imagens que melhor traduziriam os sentimentos da fração de classe instalada no poder, também não é um elemento desprezível para a análise que tento aqui. Neste ponto parece ser bastante sugestiva a idéia que Angel Rama apresenta acerca da existência dos *“múltiplos servidores intelectuais”* nos núcleos urbanos quando discute a constituição e importância do monopólio do saber letrado nas cidades, ou o que ele chama de *“cidade letrada”*, num esforço de problematizar o tipo de cidade que se desenvolveu na América colonial: *“devemos chamar de cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais”* (RAMA, 1985, p.42).

Assim, as evidências apontam que Pezzuti aparecia no contexto de 1922, mesmo sem desempenhar oficialmente a liderança da paróquia de São Pedro de Uberabinha, como um *“servidor intelectual”* capaz de preparar um relato *“imparcial de todos os factos e episódios aqui desenrolados e que digam respeito á vida do Municipio”*.

Finalmente, para atender ao reclame da Câmara, Pezzuti deveria cumprir sua tarefa emprestando à visão da fração de classe dirigida por Rodrigues da Cunha os devidos argumentos da autoridade letrada e religiosa que apresentariam como universal o discurso dos donos do poder sobre a cidade. Discurso este, soldado e fundido em retórica clerical e imagens selecionadas, incumbidas de mostrar a cidade por meio de páginas *“fartamente ilustradas”*, retrato fiel dos *“melhoramentos Municipaes até esta (aquela) data, bem assim a dos projectados”*. Quem poderia executar este trabalho melhor do que um intelectual que participara da *“construção”* daquele passado? Quem melhor do que um narrador oficial da *“memória”* municipal?

NOTA

¹ Este artigo, com modificações, corresponde ao 2º capítulo da tese de doutorado em História defendida na Universidade Federal Fluminense, intitulada *“Constituição do espaço urbano e conflito social: Uberabiha/MG (1888-1922)”*. Algumas das questões relacionadas neste artigo foram apresentadas e discutidas na comunicação coordenada *“Espaço urbano e conflitos sociais: história e historiografia”*, realizada no XXI Simpósio Nacional de História em julho de 2001.

REFERÊNCIAS

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. *Revista História & Perspectivas*, (4):79-102, Jan./Jun., 1991.

ARANTES, Jerônimo. *Corografia do município de Uberlândia*. 1ª ed., Uberlândia, Editora, Pavan, 1938.

BARBOSA, J.C. e outros. *História Política de Catalão*, 1ª ed., Goiânia, Editora da UFG, 1994.

BOSI, Antônio de Pádua. Historiografia sobre a cidade de Uberlândia/MG: um balanço crítico, *Tempo da Ciência*. V.7, nº13, pp.77-86, Cascavel, Edunioeste, jan./jun.2000.

_____. Conflitos sociais na constituição do espaço urbano : São Pedro de Uberabinha na década de 1890, *Revista História & Perspectivas*, (18/19):53-72, Uberlândia, Edufu, jan./dez. 1998.

BRANDÃO, Carlos A.. *Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1989. (Tese Mestrado).

CAPRI, Roberto. *O município de Uberabinha/Minas*. 1ª ed., São Paulo, Capri, Andrades & C. Editores, 1916.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade - uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 2ª ed., São Paulo, Cia das Letras, 1999.

CUNHA, Mons. A.A.. *Nossos pais nos contaram. 1818-1989. História da Igreja em Uberlândia*, 1ª ed., Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1989.

FRANCO, Gustavo H.B.. A primeira década republicana, In ABREU, Marcelo P. (org.). *A ordem do progresso - cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1979.

GLEZER, Raquel. O campo da História, In *Cadernos de História de São Paulo*, n.01, São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1992, pp.9-14.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a*

inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1989, (versão repaginada em 1996), (Tese Mestrado).

HOBSBAWM, E.J.. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

PEZZUTI, Cônego Pedro. *Município de Uberabinha: história, adm., finanças, economia*, 1ª ed., Uberabinha, Livraria Kosmos, 1922.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, 9ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1965.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*, SP, Brasiliense, 1972.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

OUTRAS FONTES

1. Atas da Câmara Municipal de Uberabinha (1912 a 1923). In Arquivo Público Municipal de Uberlândia.
2. IBGE - Estatísticas históricas.
3. Jornal A Informação Goyana, nº1, v. 1, 1917. In BARBOSA, e outros. *História Política de Catalão*, 1ª ed., Goiânia, Editora da UFG, 1994.